

CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA
ATA DA 110ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE -
COMDEMA

Ao décimo sexto dia do mês de junho de dois mil e vinte e um, por vídeo conferência (<https://meet.google.com/zbb-sisv-gmb>), com início às quinze horas em primeira convocação, e às quinze horas e trinta minutos em segunda convocação, realizou-se a 110ª reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sob a presidência de Angela Maria Macuco do Prado Brunelli a presença dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, com as presenças virtuais dos seguinte conselheiros: Aparecido Tadeu Pavani, Victor Barbieri Ribeiro, Cristiane M. F. Lujan, Fabiano P. Bortolan, Márcio J. Martins, Ricardo C. Coelho, João A. dos R. Gandra, Nair V. Antunes de Quadros, Telma A. Magro, Willy C. da Costa, Angela M. M. do Prado Brunelli; e dos convidados: Fernando Lobo e Marcelo Feitosa representando a CPFL, Companhia Paulista de Força e Luz, e /Rafael Martins, representando o Posto BB Petro, estando todos os convidados por vídeo conferência; e justificativas de ausência de Leandro Torelli. A presidente em exercício agradeceu a presença de todos e informou que a reunião é conjunta com a 100ª reunião do CMSA, Conselho Municipal de Saneamento Ambiental, e convidou Telma Magro para secretariar. Angela perguntou se todos receberam a ata da reunião anterior por e-mail, e se podia dispensar a leitura, tendo sido aprovada. Em seguida Angela informou que a pauta da reunião, com os seguintes assuntos: EIV Vitta Loteamento – Residencial Ilhéus com complemento (protocolado em 28/04/2), EIV CPFL (protocolado em 05/05/21), EIV Cooperfam (protocolado em 17/05/2021), EIV do Posto BB Petro (protocolado em 31/05/21), e outros assuntos. A seguir Angela pediu para fazer esclarecimentos sobre a função do EIV como instrumento de política urbana, previsto no artigo 37 do Estatuto da Cidade, e no artigo 274 do PDM, Plano Diretor Municipal, e explicou de acordo com a orientação do Ministério das Cidades, que foi incorporado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, que através do seu Programa Nacional de Capacitação das Cidades, orienta os municípios na elaboração de seus planos diretores com os ‘Cadernos MCidades’, onde orienta quanto aos empreendimentos por tipo e porte que deverão realizar EIV; Angela destacou que tanto o EIV como o PPA, ou plano plurianual, são instrumentos de política urbana previstos no Estatuto da Cidade, importantes portanto para o planejamento urbano; explicou que ela, como presidente do conselho e autora de EIV, foi vítima de boatos e insinuações maldosas que dizem que ela cria dificuldades para vender facilidades, e que sente injustiçada, considerando que sempre esteve a disposição para atender qualquer pessoa que a consultasse para elaboração de EIV, e que existe o risco do EIV ser retirado do nosso PDM como instrumento de política urbana; Angela destacou que o EIV é um instrumento de política pública importante para auxiliar no planejamento urbano; João Gandra citou como exemplo as dificuldades geradas aos moradores do Residencial Bebedouro, que até hoje estão em busca do título de propriedade, e o destacou o EIV como garantia de investimentos imobiliários adequados; Nair Quadros disse entender que o EIV respalda o município para que haja adequação dos empreendimentos, assim como possibilita a fiscalização das medidas mitigadoras apontadas e propostas; Telma destacou que o EIV protege o município, o empreendedor e a vizinhança, e observou que os EIVs começaram a ser elaborados após cobrança do Ministério Público quanto aos impactos de vizinhança causados pela escola Unifafibe, sendo inclusive citado este conselho, e citou o caso da empresa Cris Rodas que teve ordem do MP para ser lacrado, por conta de impacto à vizinhança; Angela observou que o conselho elaborou resolução para estabelecer os critérios para elaboração de EIV, assim como para definir os riscos dos empreendimentos, por uso e porte, baseado em resoluções do Ministério da Economia, e destacou a importância de zelarmos pela manutenção do EIV no PDM; Telma considerou que devemos lutar pela manutenção do EIV no processo de revisão do PDM, e Nair Quadros reforçou que o EIV faz

análise da circunvizinhança e não de forma pontual, e faz previsões de soluções para a adequação do uso, prevenindo impactos que não forma previstos, e que podem ser minimizados evitando custos futuros ao empreendedor. A seguir foi informado que o Vitta Loteamento não apresentou os complementos, passando a discussão para a próxima pauta, o Estudo de Impacto de Vizinhança, EIV, da empresa CPFL, de autoria da Mineral Engenharia e Meio Ambiente Ltda, estando presente o geógrafo Fernando Henrique Liermann Lobo; empresa com CNPJ 33.050.196/0001-88, para a atividade de CNAE 35.14-0-00 - Distribuição de energia elétrica, ou I.5.1, classificada de alto risco, conforme Resolução COMDEMA nº 03/2021; uso considerado institucional e concessionado, sujeito à aprovação do conselho, nos termos do artigo 66 do PDM, localizado na APM, área de proteção de mananciais, portanto sujeito a controle especial, conforme mapa PD19 da LC nº 122/2017; localizada na Rua Geraldo Ferreira, esquina com a Rua do Missionários, na área rural confrontante ao Jardim União, para implantação da Subestação Bebedouro 03, ou SE 3 e Linha de Transmissão, ou ramal de interligação com 528 metros de extensão e três torres metálicas autoportantes, a ser implantada sobre parte dos imóveis rurais de matrícula 25.325, 27.165 e 27.166, e área o imóvel matrícula 25.325, de 8.371,00 m², para a implantação da SE 3; foi explicado que essa obra se justifica para suprir a demanda energética no município, tendo sido escolhida em função da necessidade de atendimento ao crescimento de mercado da região, bem como como garantir a melhorar distribuição das cargas e dos consumidores entre as redes, com instalação de novos alimentadores, além de se localizar no extremo oposto da SE atual, permitindo assim reduzir as distâncias entre carga e fonte; Telma destacou que nos termos do artigo 66 do PDM este uso precisa ser aprovado nos conselhos afins, tendo sido aprovado por todos; Angela considerou que esse uso exige medidas mitigatórias sobre a possível radiação magnética e elétrica, e Ricardo Coelho observou que em dias de maior umidade do ar, o campo magnético e elétrico ficam mais baixos; foi informado que o estudo apresentou um estudo de radiação elétrica e magnética da SE 4 da cidade de Itatiba, do Estado de São Paulo, com instalações semelhantes a da SE a ser executada em nossa cidade, com indicação dos níveis de radiação abaixo do nível de radiação permitida ao ser humano; Fernando Lobo destacou que a CPFL é a maior interessada em atender todas as normas de segurança e adequação da a SE e LT, em especial a Resolução Normativa ANELL nº 915/2021; Marcelo Feitosa informou que a modelagem matemática das medições feitas na SE 3 Bebedouro serão entregues a ANELL e ao COMDEMA; foi observado que no item I.1.6.1, que trata da infraestrutura viária, com possível alargamento da Rua Geraldo Ferreira para atingir o gabarito de uma via arterial primária, de 34 m de largura, conforme prevê o mapa PD-18 – sistema viário do PDM, e consequente desapropriação da área da CPFL em uma faixa de cerca de 10 m; Angela destacou que esta via é importante que seja mantida no sistema viário estrutural da cidade, pois permite o desvio do trânsito de caminhões da área urbana; Marcelo Feitosa pediu um estudo do gabarito como condicionante para o início da obra de implantação da SE 3; no item I.1.8, que descreve os equipamentos de segurança do empreendimento, é citado que os trafos armazenam cerca de 12 a 13 mil litros de óleo, que oferece o risco de incêndio e explosão, mas o item III não indica o programa de monitoramento de incêndio e explosão; Marcelo Feitosa observou que estão previstos a execução de equipamentos de segurança como parede corta-fogo e caixa separadora de óleo, e destacou que a subestação é monitorada constantemente e remotamente, inclusive com a acionamento de ventiladores, no caso de super aquecimento; Fernando Lobo apontou o Anexo VI, que relaciona e descreve todos esses equipamentos de segurança; Angela observou que considerando a possibilidade desses tipos de acidentes, a CPFL deve ter um Plano de Contingência e um Plano de Ação e Emergência, devendo o mesmo ser incluído no estudo, incluindo que será feito de ação de combate e proteção à vizinhança; João Gandra perguntou se algum tipo de vazamento de óleo pode atingir a estação de captação, ou CAP, e foi explicado que as caixas de contenção têm volume proporcional à quantidade de óleo a ser armazenada; por fim o EIV foi aprovado

com abstenção da Patrulha Ecológica, devendo ser reapresentado com a viabilidade de alargamento da Rua Geraldo Ferreira e o Plano de Contingência e um Plano de Ação e Emergência. A seguir passou a ser discutido o EIV da Coperfan, Cooperativa de Produtores Rurais de Agricultura Familiar, de autoria da AMP Projetos e Consultoria Ltda, estando presente a engenheira civil e de segurança do trabalho Nair Vicenzi Antunes de Quadros; a empresa é localizada na Rod. Armando Sales de Oliveira, entre os km 391+29,61 m e km 390+602,19, conforme matrícula 12.063, e com acesso para a Rod. Brig. Faria Lima, km 378,5, Bairro Pioneiro, e cadastro municipal 064.173.001-00, área edificada de 1.094,40 m², e terreno de 5.396,00 m², empresa de CNPJ 16.742.448/0001-10, com atividade de CNAE 10.33-3-02, ou fabricação de sucos de frutas, hortaliças e legumes, exceto concentrados, porem sem exercer a atividade principal de CNAE 46.83-4-00, ou Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo, sendo a atividade de CNAE 10.33-3-02 correspondente ao uso I3.6, Indústria de produção de sucos de frutas e de legumes, e zona de uso ZIS, ou zona de uso industrial e de serviços, conforme o PDM, e classificada de médio risco conforme Resolução COMDEMA nº 03/2021, considerando a área edificada de 1.094,40 m², devendo portanto ser feito o EIV simplificado; foi explicado que atualmente a cooperativa beneficia a mandioca, retirando a casca e embalando para comercialização, com reaproveitamento dos resíduos sólidos na ração animal e líquidos na irrigação de coqueiros; foi observado que os sanitários não são de uso específico de PCR, ou para pessoa em cadeira de rodas, mas sim para PNE, ou pessoa com necessidade especial; no item II, tabela II, devem ser corrigidas as infraestruturas de esgoto e energia elétrica como existentes, assim como ser avaliados os seus impactos; por fim o EIV foi aprovado com as correções solicitadas. A seguir passou a ser discutido o EIV do Posto de Combustível BB Petro, de autoria do engenheiro civil e ambiental Ricardo Canal Coelho e do engenheiro florestal Rafael Marini P. P. dos Santos, estando os dois presentes; o estudo não indica o CNPJ da empresa, devendo ser informado ser será mantido o CNPJ 09.127.634/0001-84, da empresa Rede B. B. PETRO - Comercio de Combustíveis Ltda, o que foi explicado que a empresa está em processo de alteração contratual, devendo ser informado o CNPJ; a empresa situa-se na Rua Aristides de Souza Lima, esquina com a Avenida Francisco Pardo, na Vila Santa Teresinha, cadastro municipal 141.114.260.00, matrícula 15.501, estando no cartão CNPJ com frente para a Av. Francisco Pardo, 361, diferente da fatura de água que indica Rua Francisco Ferreira de Andrade, e diferente do cadastro municipal que indica a Rua Aristides de Souza Lima, e da matrícula que não faz referência ao nome das vias, necessitando portanto de adequação; o uso indicado no CNPJ é o CNAE 47.31-8-00, ou comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, atividade classificada como uso C.3.7.1 pela Resolução COMDEMA nº 03/2021, classificada de alto risco independente da área edificada, situada na zona de uso ZMT, zona de uso misto de transição, uso permitido e sujeito a controle especial, sendo a área do imóvel de 904,48 m² e a área edificada de 316 m²; foi observado que a sigla SASC precisa ser definida, Sistema de Armazenamento Subterrâneo de Combustíveis; no item 4.7 foi solicitado a indicação da declividade da calçada e demarcação da área da calçada, mas Rafael Marini explicou que foi feita a compatibilização no item 4.8; foi observado que o nível sonoro avaliado para os níveis de área industrial, e mesmo assim supera 60 dB no período noturno, e Ricardo Coelho informou que o nível sonoro é característico do local e o posto atualmente não está funcionando; Ricardo Coelho perguntou se existe a obrigação de reaproveitamento da água da lavagem dos carros, e foi explicado que é difícil o tratamento e reuso desta água, e não havendo o tratamento, deve ser lançado no esgoto, e foi observado que o tratamento exigiria o elemento coalescente, filtro na caixa separadora de água e óleo, SÁO, que é uma exigência de Cetesb, e Angela disse que deve ser fiscalizado o tempo de uso do elemento coalescente a cada três anos; João Gandra observou que devem ser fiscalizados os poços de água dentro de postos de combustíveis, considerando o risco de contaminação do lençol, e perguntou se a Prefeitura faz esse tipo de fiscalização, e Angela respondeu que deve ser definido quem deve fazer a

fiscalização, o Departamento de Meio Ambiente ou o de Planejamento, definida as competências na forma da lei, ou estabelecer convênio com o DAEE; foi perguntado se o item 5.5.1 que trata dos resíduos na fase de implantação, se haverá a necessidade de serem citados, uma vez que o prédio já está edificado e não ficou claro se haverá obras de reforma, o que deve ser melhor explicado nos itens 'a', 'b', 'c' e 'd', que tratam de resíduos sólidos, movimentação do solo, resíduos líquidos e de material particulado, assim como nos quadros 18 a 24 que citam os impactos da fase de implantação, ou ser explicado o real impacto gerado caso haja fase de implantação; foi observado que o quadro 27 cita a necessidade de adequação da área permeável de 5%, nos termos do artigo 46 do PDM, mas isso não é citado no corpo do estudo, assim como não faz referência ao reaproveitamento da água pluvial, sendo portanto dispensado cumprimento da adequação da área permeável, uma vez que o prédio é pré existente a essa obrigação legal, sendo solicitado a manutenção da proposta de reaproveitamento da água pluvial, somente a proveniente do telhado, considerando a possibilidade de contaminação da água do piso; por fim o EIV foi aprovado com as correções solicitadas. A seguir o EIV da CPFL foi colocado novamente em pauta, e considerando que a obra da SE e LT já estão licitadas e urgência de início das obras, sendo decidido pela pré aprovação com os acréscimos do anexo do plano de ação e emergência e estudo do melhor recuo para instalações dos equipamentos, em função do gabarito da futura via arterial primária a ser executada. Angela informou que neste período houve reuniões por vídeo conferência da Câmara Técnica de Planejamento do Comitê da Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo Grande, para análise e pontuação dos projetos protocolados para empreendimentos, futuros tomadores de recursos da Cobrança da Água e do FEHIDRO, nos dias 11 de junho, devendo ocorrer mais duas reuniões nos dias 21 e 22 deste mês. Angela perguntou se alguém gostaria de fazer uso da palavra, e não havendo mais nada a tratar, deu a reunião por encerrada, agradecendo a presença de todos. Eu, Telma Alves Magro, lavrei a presente ata, que será por mim assinada e pelo presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente, no dia dezesseis do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um.

Angela Maria Macuco do Prado Brunelli
Presidente em Exercício do COMDEMA

Telma Alves Magro
Secretária